

ECOS DE UM PASSADO PRESENTE: O INTERESSE NACIONAL DURANTE A REPÚBLICA NO BRASIL

Luiz Fernando Horta¹
André Ricardo Nogueira²

A análise dos discursos dos presidentes do Brasil durante a República revela que o que se denomina “interesse nacional” no país é oriundo das teorias de Auguste Comte, ainda no século XIX. A formação da República no Brasil foi influenciada diretamente pelas ideias comtianas por meio do estamento militar. Mesmo a revolução de 1930 e o golpe de 1964, que teriam modificado a estrutura do Estado brasileiro, também foram profundamente influenciados pelo Positivismo comtiano. Neste sentido, o conceito de interesse nacional no Brasil não é democraticamente estabelecido e revela-se como um constrangimento aos espaços decisórios de presidentes de todos os espectros políticos. O interesse nacional de base comtiana, conforme aqui definido, é o alicerce para tomadores de decisão, políticos e a burocracia nacional do país até os dias de hoje.

Palavras-chave: interesse nacional; Auguste Comte; história do Brasil República; governança internacional; discursos.

ECHOES OF A PAST EVER PRESENT: NATIONAL INTEREST IN BRAZILIAN’S REPUBLIC

The analysis of the Brazilian president’s speeches during the Republic reveals that what is called “national interest” in Brazil comes from the theories of Auguste Comte, in the 19th century. The formation of the Republic in Brazil was influenced directly by Comte’s ideas through the military establishment. Even the revolutions of 1930 and the 1964 coup, which would have changed the structure of the Brazilian state, were also deeply influenced by Comtean Positivism. In this sense, the concept of national interest in Brazil is not democratically established and is revealed as a constraint to decision-making and to the presidents of all political spectra. The national interest of Comte’s base, as defined herein, is the basis for decision-makers, politicians and the national bureaucracy of Brazil until today.

Keywords: national interest; Auguste Comte; history of Brazil Republic; international governance; speeches.

ECOS DE UN PASADO PRESENTE: EL INTERÉS NACIONAL DE LA REPÚBLICA EN BRASIL

El análisis de los discursos de los presidentes de Brasil, durante la República, revela que lo que se llama “interés nacional” en Brasil se deriva directamente de las teorías de Auguste Comte, en el siglo XIX. La formación de la República de Brasil fue influenciado por las ideas comtianas a través de la institución militar. Incluso las revoluciones de 1930 y el golpe de 1964, que habría cambiado la estructura del estado brasileño, también fueron profundamente influenciados por el Positivismo

1. Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB); e pesquisador associado da Josef Korbel – Denver University. *E-mail:* <fernandohorta@unb.br>.

2. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

de Comte. En este sentido, el concepto de interés nacional en Brasil no está democráticamente establecido y se revela como una limitación para la toma de decisiones y los espacios de actuación presidentes de todos los espectros políticos. El interés nacional de características comtianas, tal como se define en el presente documento, es la base para los tomadores de decisiones, los políticos y la burocracia nacional de Brasil hasta hoy.

Palabras clave: interés nacional; Auguste Comte; historia de Brasil República; gobernanza internacional; discursos.

JEL: N46.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito sobre o papel das instituições dentro do processo de formação do Brasil. Seja na Monarquia ou no Império, a história sublinha a pouca participação das camadas mais populares na criação e na manutenção das instituições que deveriam, teoricamente, representar estes mesmos grupos. Ainda que, no século XIX, aceite-se a tese de que em lugar algum do mundo existia uma democracia participativa e em poucos locais havia um processo ainda muito tenro de representação, impressiona o fato de que o *gap* de representação no caso brasileiro tenha se dilatado por tanto tempo dentro do período republicano.

De fato, mesmo assumindo a polissemia do termo democracia, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, houve um ganho evidente em termos de democratização das instituições nos países capitalistas ocidentais. Dentro das grandes metas do século XX, estava, com certeza, uma ideia de democracia, ainda que mal delimitada. Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) até o fim da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as democracias foram celebradas como eventos que teriam o condão de melhorar a responsividade dos governos aos interesses do cidadão. Em maior ou menor grau, o desenvolvimento material e social dos países ocidentais no século XX foi acompanhado por ganhos tanto de representatividade (como o voto feminino) quanto de participação (a presença cada vez mais consistente de organizações não governamentais – ONGs – em processos decisórios).

O Brasil, entretanto, não parece acompanhar este mesmo movimento. Todo projeto de aumento de *accountability* ou da representatividade que é proposto recebe uma intensa oposição de setores políticos e burocráticos. O caso da celeuma sobre o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, é um exemplo muito evidente do distanciamento que as instituições brasileiras apresentam da sociedade. A tentativa de criação de conselhos consultivos, eleitos por meio de movimentos sociais, para serem parceiros nos processos de planejamento das políticas de governo, foi entendida pelas instituições brasileiras como uma afronta aos seus direitos e às suas funções.

Dentro da história da República do Brasil, um termo parece perpassar o tempo: o interesse nacional. Sempre, em momentos de crise, em rupturas ou mesmo como valor empírico nos processos decisórios, o conceito de interesse nacional é evocado – estas duas situações formam um conjunto não harmônico. Se há instituições claramente elitistas, e se temos uma formação de Estado excludente, de onde efetivamente surge o interesse nacional? Quem o delimita? Como ele é especificado? Que sentido ele tem na República?

Este texto pretende delimitar o interesse nacional brasileiro ao longo da República, de 1889 até os dias de hoje. Tal conceito, apesar de essencial para as tomadas de decisão internas e externas, é muito pouco analisado e quase sempre assumido como dado – e é precisamente este interesse que aqui se procura problematizar, buscando entender como o interesse nacional é construído dentro da história e qual o efeito dele para a política e para a sociedade.

Ainda que à revelia dos autores, toda narrativa é um produto sócio-histórico. Ela guarda, assim como as obras de arte, um duplo processo de autoria. Se, por um lado, são autores seus escritores imediatos, por outro, não se pode esquecer que as narrativas têm também como autoria a sociedade na qual estão inseridas – são, portanto, históricas. Desta forma, mesmo produzidas com um determinado rigor metodológico, não estão descoladas de seu tempo e espaço e demonstram, também, características, condicionamentos, pressuposições ou mesmo relações conceituais e semânticas que podem (e devem) ser usadas como forma de compreensão das ideias que permeavam o pensamento dos homens. Interessa-nos aqui menos estudar as práticas humanas de “nomear coisas” do que a interação destes homens com as coisas nomeadas.

Assim, é significativo que em uma obra clássica sobre história do Brasil, de Boris Fausto, o termo interesse nacional apareça uma única vez (Fausto, 2002, p. 153) e, em outra obra clássica, *História da política exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (Cervo e Bueno, 2008), apareça 33 vezes, incluindo menções nos títulos de capítulos. Poderia ser argumentado que são obras de áreas diferentes e, portanto, com objetivos diferentes. Tal visão, entretanto, não prospera no todo, pois a história das relações internacionais é, antes de mais nada, também história – e ambas tratam de questões como poder, política etc. É correto afirmar, contudo, que as duas obras têm, sim, objetivos diferentes.

Alega-se aqui que, usando um instrumental teórico específico, introjetado na imensa maioria dos operadores e pensadores da política brasileira, cria-se uma generalização indevida de um interesse nacional. Esta generalização, ao mesmo tempo que facilita o trabalho das burocracias tomadoras de decisão em legitimarem-se, emudece as disputas sociais em torno da definição do que seria efetivamente “interesse” e em que bases seria definido. Historicamente, mostra-se

que tal conceito é construído durante a história da República brasileira, trazendo como corolário ser balizado pelo pensamento do mundo no século XIX.

2 AUGUSTE COMTE E O ESTADO

Auguste Comte não concebia a política como concebemos hoje. O filósofo francês, nascido no apagar das luzes do século XVIII, foi criado em meio à agitação política da França no século XIX, e isto marcou profundamente as suas ideias. Além dos desdobramentos da Revolução Francesa, Comte – assim como a ciência do século XIX (White, 1992, p. 161-183) – seria influenciado pela preponderância do Estado Nacional dentro da questão política e pela ideia-força do evolucionismo. Embora a obra de Darwin seja de 1859, as teorias do progresso já estavam sendo discutidas desde o início do século (Bock, 1980), de sorte que se pode ver um lastro comum entre pensadores tão distanciados, dentro do século XIX, como Spencer, Comte e Marx. Todos foram evolucionistas.

A teoria dos três estados de Comte é a aplicação dos princípios evolucionistas a todas as esferas do pensar humano, uma vez que o filósofo se propõe a explicar a história do pensamento do homem (Comte, 1978, p. 28) antes mesmo de propor o seu novo método, que chamou de positivo. O homem – como ente histórico, como ser social, seu pensamento, suas instituições, sua materialidade, tudo, enfim – obedeceria ao processo evolutivo de ser inicialmente parte do estado teológico (em que as causas, os fenômenos e todas as construções intelectuais reconheciam a existência, a atividade e a interferência de deuses) para passar, em seguida, ao estado metafísico (em que o pensamento definia “forças” que agiam para as configurações dos fenômenos como tais), até se chegar ao estado positivo (em que o método filosófico seria capaz de definir as relações de causa e consequência e prever os resultados de todos os fenômenos).

Podemos, pois, finalmente considerar o estado metafísico como uma espécie de doença crônica, naturalmente inerente à nossa evolução mental, individual ou coletiva, entre a infância e a virilidade (Comte, 1978, p. 47).

De fato, os escritos de Comte são bastante amplos, construindo, como era desejo seu, toda uma nova forma de conhecimento, distanciada igualmente do “empirismo” e do “misticismo” (Comte, 1978, p. 49). Sociologia foi o nome que o filósofo francês deu para a disciplina que teria por função estudar todos os fenômenos humanos dentro de uma sociedade (englobaria desde economia até psicologia), e tal conhecimento estaria, quando interpretado pelo estado positivo, sujeito às leis de explicação, da mesma forma como estavam a astronomia e a química³ (*op. cit.*, p. 6). O termo sociologia já foi uma mudança, uma vez que

3. Em realidade, Comte nomeia cinco ciências fundamentais das quais todas as outras emergiriam: astronomia, física, química, fisiologia e física social, mais tarde nomeada por ele de sociologia (Comte, 1978, p. 32).

originalmente Comte chamou este grupo de conhecimentos de física social (*op. cit.*, p. 8).

Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em *ver para prever*, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais (Comte, 1978, p. 49, grifo nosso).

Não é objetivo deste trabalho analisar a epistemologia comtiana, tampouco fazer qualquer crítica aos seus escritos. Interessa aqui delimitar a noção que Comte estabeleceu de uma sociedade positiva, uma sociedade que seria o apogeu das sociedades humanas, já que seria composta por homens com pensamento moderno sobre a filosofia – o pensamento positivista. O filósofo fazia distinção entre a parte “estática” e a “dinâmica” da sua sociologia, sendo a primeira o estudo das instituições, regras, leis, posturas etc., e a segunda o estudo dos processos pelos quais a sociedade se transformaria.

Para ser justo com o autor, precisamos delimitar quais eram os espaços que Comte nomeava dentro de sua sociologia estática (Lacerda, 2004) para o governo, os grupos sociais e como eles se articulavam. No Brasil, a literatura histórica dá conta do florescimento do pensamento positivista na segunda metade do século XIX, por meio dos estudos na Escola Militar do Rio de Janeiro.

Em 1876 fundou-se a primeira sociedade positivista do Brasil, tendo à frente Teixeira Mendes, Miguel Lemos e Benjamin Constant (Comte, 1978, p. XVI).

No Brasil, tal qual nos escritos de Comte (1978, p. 16), os positivistas entendiam que era seu dever retirar o país do “estado de crise” em que ele se encontrava com a erosão da monarquia brasileira, e é consenso a importância do Positivismo dentro da crise final do Império e o golpe da República. Para Comte, todo período de transição, até que “as inteligências individuais” aderissem ao Positivismo, deveria ser considerado como um problema. Este permanente estado revolucionário construiria apenas instituições “provisórias” até que se pudesse adentrar no estado positivo (*op. cit.*, p. 17). Em realidade, o Positivismo julgava-se muito mais preparado para compreender os fenômenos sociais do que qualquer outra forma de pensamento, construindo, de imediato, uma “elite de conhecedores” que satisfariam, simultaneamente, às exigências sociais de “ordem e progresso”.

Ora, é evidente que, sob este aspecto fundamental, a filosofia positiva comporta, necessariamente, entre os espíritos preparados, uma aptidão muito superior àquela que alguma vez pôde oferecer a filosofia teológico-metafísica (Comte, 1978, p. 51).

Comte deixa claro que o Positivismo é o ponto de chegada da humanidade após um longo esforço de revolucionar-se. Neste sentido, aqueles que já possuíssem o conhecimento pelo método positivo constituiriam um grupo naturalmente

mais bem qualificado para compreender e gerir a sociedade. É preciso que se diga que, no momento da criação de Comte, a França revolucionava o mundo com o conceito de República e não propriamente de democracia. A filosofia comtiana entende que a imensa maioria da população ainda se encontra nos dois estados primeiros (teológico e metafísico) e, por isso mesmo, seria incapaz de compreender realmente a realidade que a cerca.

Embora, claramente, Comte estabeleça uma lei de formação para a sua “elite” por meio do princípio da iluminação, segundo o método positivo, as mudanças sociais que o filósofo experimentava levaram-no a acreditar que a industrialização já era em si o resultado de um entendimento superior da sociedade. Nesse ponto, o autor afirma que,

fazendo prevalecer cada vez mais a vida industrial, a sociabilidade moderna deve, pois, poderosamente secundar a grande revolução mental, que hoje eleva definitivamente nossa inteligência do regime teológico ao regime positivo (Comte, 1978, p. 56).

Para Comte, o progresso material era indissociável de um discernimento intelectual positivo a respeito do mundo, e ambos seriam alcançados de forma conjunta quando o “espírito positivo” chegasse à sua “maturidade”. Uma das funções essenciais do Positivismo seria “organizar” a sociedade para atingir essa maturidade, que se daria por meio (e concomitantemente ao) do “progresso material”. Este processo iniciaria um “vasto movimento orgânico”, cujo objetivo era a “regeneração social” para sobrepassar os cinco últimos séculos de pensamento negativo (Comte, 1978, p. 65).

No processo de mudança, que Comte entende por um estado de revolução, os homens experimentam seus medos do que se transformará a sociedade essencialmente em função de sua incapacidade de previsão e do receio que desenvolvem da anarquia.

Do mesmo modo, as tentativas de aceleração direta da progressão política não tardam em ser radicalmente entravadas pelas inquietudes muito legítimas, suscitadas pela iminência da anarquia, enquanto as ideias de progresso permanecem sobretudo negativas (Comte, 1978, p. 66).

As transformações, no entanto, eram entendidas como inerentes à sociedade por meio da “marcha prescrita pela natureza”. A função do Positivismo (e dos líderes positivistas) era “ajudar a transformar uma estéril agitação política numa ativa progressão filosófica” (Comte, 1978, p. 67). Tendo vivido o final do processo de Revolução na França, Comte tinha aversão aos movimentos que pudessem sugerir rupturas caóticas e tentava a todo momento afirmar que a ordem é condição necessária para o desenvolvimento positivo de qualquer transformação. Essas ideias colocam-no em posicionamento oposto a pensadores como Charles Fourier

e mesmo Karl Marx. Os interesses sociais divergentes, para Comte, tenderiam a construir um ambiente caótico que não permitiria o desenvolvimento das forças produtivas. Falando sobre estes pensamentos, Comte afirma o seguinte.

Esta é a feliz eficácia prática que o conjunto de nossa situação revolucionária traz momentaneamente a uma escola essencialmente empírica que, sob aspecto teórico, nunca pode produzir mais do que um sistema radicalmente contraditório, não menos absurdo e perigoso, em política, do que, na filosofia, o ecletismo correspondente também inspirado pela vã intenção de conciliar, sem princípios próprios, opiniões incompatíveis (Comte, 1978, p. 67).

Tomando-se a palavra de Comte, é possível perceber que nada em seu discurso se aproxima da ideia de democracia contemporânea. O sentido subjacente é que somente se pode “conciliar” “opiniões incompatíveis” por meio de um processo com “princípios próprios”, ou seja, um processo de “gestão política” que tenha por função dirimir os conflitos sociais pela “solidariedade contínua das ideias de ordem e de progresso” (Comte, 1978, p. 68).

Estendida [a marcha contínua dos conhecimentos positivos] em seguida à evolução industrial e mesmo estética, mas permanecendo ainda muito confusa no domínio do movimento social, tende hoje vagamente para uma sistematização decisiva, que só pode emanar do espírito positivo que, por fim, se generalizou convenientemente (Comte, 1978, p. 69).

O interesse nacional positivo, portanto, seria alcançar o último estágio de desenvolvimento intelectual concomitantemente com o material, por meio de um processo de gerenciamento cujo vetor essencial é a ordem. A sociedade é entendida como um todo orgânico em cujo interior não devem ocorrer distúrbios. Todo pensamento contrário a isto é considerado inferior e atrasado e não merece espaço em função de seu “óbvio atraso”. A questão de divergências sociais é, assim, reduzida à dicotomia certo ou errado, e estabelece-se que o errado é, além de tudo, atrasado intelectualmente.

As utopias subversivas que hoje parecem ter crédito, seja contra a propriedade, seja quanto à família etc., quase nunca saíram de inteligências plenamente emancipadas, nem foram acolhidas por elas, a despeito de suas lacunas fundamentais; foram-no, aliás, por aquelas que perseguiam ativamente uma espécie de restauração teológica, fundada sobre um vago e estéril deísmo, ou sobre um protestantismo equivalente (Comte, 1978, p. 72).

Dessa maneira, cada grupo social tem seu dever para com o todo dentro do processo de “progresso”. Não se trata, pois, de exaltar divergências ou reconhecer interesses antagônicos, mas entender que, à luz da filosofia positiva, todo conflito social é fruto de mentes ainda não “emancipadas”, que estão atreladas aos estágios teológicos ou metafísicos. Nesta senda, os problemas pelos quais a Europa passava

no final do século XIX (as discussões entre capital e trabalho) eram fruto de uma má compreensão da sociedade que só poderiam ser sanados pelo Positivismo.

Os proletários necessitaram outrora estar sob o domínio profundo da teologia, notadamente católica; durante sua emancipação mental, a metafísica apenas pôde infiltrar-se neles, por não encontrar uma cultura especial em que repousasse; somente a filosofia positiva poderá de novo tomá-los radicalmente. Desde que a ação real da humanidade sobre o mundo exterior começou com os modernos a organizar-se espontaneamente, ela exige a combinação contínua de duas classes distintas, muito desiguais em número, mas igualmente indispensáveis: de uma parte os empreendedores propriamente ditos, sempre pouco numerosos, que, possuindo diversos materiais convenientes, mais o dinheiro e o crédito, dirigem o conjunto de cada operação, assumindo, pois, a principal responsabilidade de quaisquer resultados; de outra, os operadores diretos, visando a um salário periódico e formando a imensa maioria dos trabalhadores, que executam, numa espécie de intenção abstrata, cada um dos atos elementares, sem especialmente preocupar-se com seu concurso final (Comte, 1978, p. 82).

Neste todo orgânico que é a sociedade comtiana, apenas os que possuem o método positivo como parte de sua formação são capazes de entender o que está acontecendo e definir os caminhos futuros. Para que qualquer sociedade possa efetivamente alcançar os mais altos estágios de desenvolvimento, ela precisa ser guiada por um governo cuja matéria intelectual seja positiva.

Desde o início da grande crise moderna, o povo só interveio como simples auxiliar nas principais lutas políticas, com a esperança, sem dúvida, de obter com elas alguma melhoria de sua situação geral, mas não conforme uma óptica e um fim que lhe fossem realmente próprios. (...) Ora, o povo não podia por muito tempo interessar-se diretamente por tais conflitos, porquanto a natureza de nossa civilização impede evidentemente os proletários de esperar e até mesmo desejar alguma participação importante no poder político propriamente dito (Comte, 1978, p. 84).

O papel dos grupos menos abastados e mais numerosos é, desta forma, alheio à política. Esta alienação não é fruto de uma “perigosa indiferença”, mas da própria mecânica da sociedade. Comte reconhece que isso é um problema – e, enquanto a transição ao estado positivo não se completa para a maioria do povo, é função do governo defender para cada grupo social os espaços que eles deveriam exercer caso já estivessem nesse estado. As ações políticas são, portanto, tomadas de decisão com vista ao desenvolvimento da sociedade como um todo e devem ter “moderação imparcial” (Comte, 1978, p. 87).

Numa palavra, o povo está naturalmente disposto a desejar que a vã e tempestuosa discussão dos direitos seja enfim substituída por uma fecunda e salutar apreciação dos diversos deveres essenciais, quer gerais, quer especiais. (...) Se o povo está agora *e deve permanecer a partir desse momento indiferente à posse direta do poder político,*

nunca se pode renunciar à sua indispensável participação contínua no poder moral (Comte, 1978, p. 86, grifo nosso).

Para concluir o objetivo desta primeira parte, fica claro que o interesse de uma nação, segundo a lógica positivista, reside em um paradigma composto por três grandes noções. Em primeiro lugar, exige-se o fortalecimento do Estado Nacional com o objetivo de ser o gestor da sociedade e mitigar os conflitos sociais. Em segundo, é do interesse nacional o desenvolvimento das forças materiais, especialmente a indústria, como base para se alcançar o progresso. Em terceiro lugar, é do interesse nacional que cada grupo social saiba o seu espaço e se submeta aos desígnios do governo positivo. Este governo é, pois, fruto de pessoas com maior capacidade que já alcançaram o desenvolvimento pleno de suas condições intelectuais e humanas.

O Positivismo se compõe essencialmente duma filosofia e duma política, necessariamente inseparáveis, uma constituindo a base, a outra a meta dum mesmo sistema universal, onde a inteligência e sociabilidade se encontram intimamente combinadas (Comte, 1978, p. 98).

3 O INTERESSE DA REPÚBLICA OU A REPÚBLICA DE INTERESSES?

Muito já se argumentou pelo caráter sectário do surgimento da nossa República (Faoro, 2001). Seja analisando o processo de formação republicano e como ele se alimenta dentro da crise da monarquia a partir de 1870 ou abordando quantitativamente os espaços de participação política que os cidadãos tinham à sua disposição na Monarquia e na República, chegaremos a conclusões semelhantes. Curiosamente, em termos de participação política, nossa Monarquia era mais inclusiva que a República que se formou. José Murilo de Carvalho, por exemplo, mostra que o percentual de eleitores no Brasil cai de cerca de 13% da população livre durante a Monarquia para menos de 1% na República (Carvalho, 2002). A historiografia sobre o período ressalta o caráter elitista das transformações que nortearam a virada do século XIX para o século XX e, mais ainda, a República daí formada (Carvalho, 1987).

Entretanto, mesmo dentro dos grupos sociais que deflagraram o golpe que gerou o Brasil República, havia diferença de interesses, a qual se materializa no primeiro governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), que culmina com sua renúncia e o término do mandato pelo vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Deodoro defendia um projeto de Brasil com governo central forte e um Estado Nacional baseado na ideologia do Positivismo, que era – à época – parte da formação intelectual nos meios militares.

O Positivismo de Auguste Comte estabelecia que o objetivo do Estado era evitar o conflito social (a luta de classes), sendo, portanto, um gerente da

sociedade. Esta gerência deveria ser orientada para o desenvolvimento das capacidades produtivas materiais que permitissem uma melhor vida à população.⁴ O Positivismo se apresenta como uma das tantas filosofias que estabeleciam o Estado Nacional como a solução para os problemas sociais por meio da negação de ideologias que pregavam o conflito como forma de mudança. Enquanto os confrontos entre capital e trabalho⁵ assolavam a Europa na passagem do século XIX para o XX (especialmente na Inglaterra e na França), ele surgia com a ideia de que a luta de classes não era, enfim, o motor da história, mas um problema que deveria ser contido pela ação de um governo cujo objetivo maior seria o desenvolvimento das capacidades materiais da nação.

Neste primeiro ponto, o Positivismo não causava clivagens entre os militares que perpetraram o golpe e as elites cafeicultoras, especialmente de São Paulo. O consenso criado em torno da “República” desvanecia-se, porém, quando, para os positivistas, o ato de governar deveria ficar restrito a um grupo de pessoas que tivessem capacidade para tanto.⁶ Para Comte, seriam necessárias capacidades intelectuais próprias (além de uma moral definida) para se exercer o múnus da liderança do Estado. Não é à toa que os jovens oficiais que lideraram o golpe pela República tinham uma narrativa antioligárquica e se entendiam como os “salvadores da pátria”. A eles, por capacidade e estudo, cabia o direito e a condição intelectual de definir os rumos do país, os limites da ação dos grupos sociais, os interesses e objetivos nacionais. Às oligarquias, nada, e ao povo, o cuidado paternal de um governante que traduzisse o interesse nacional.

Aqui ocorre o primeiro sinal de diferença entre os dois projetos políticos nacionais mais evidentes naquele momento. As elites cafeicultoras não concordavam com este princípio positivista. Para elas, o governo não deveria ser centralizado, exercido por um grupo de “iluminados”, nem atinente a um interesse que se supunha “nacional” (tomando a nação como algo amplo). Havia uma indisfarçável rejeição ao paternalismo latente do Positivismo, que lembrava a narrativa imperial de que Pedro II tanto se valera. Além disto, a ideia do Brasil cafeicultor era muito menor que a geografia brasileira – e, se a diferença na

4. O programa do Partido Republicano Federal de 1893 diz, em seu art. 4º, que o objetivo do governo é “animar a iniciativa individual, restaurando a confiança no capital e no trabalho”, e, no art. 5º, completa: “criando concorrentemente o respeito à lei e o prestígio à autoridade, como as melhores condições de assegurar o progresso e a ordem”. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20\(PRF\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf)>.

5. Os problemas com relação às classes trabalhadoras não ficaram longe do Brasil, apesar de não sermos, durante a República Velha, um país em industrialização. Como mostram as grandes greves de 1910 e 1917 no país, era preocupação clara evitar a entrada de “ideologias” que viessem a conturbar o ambiente brasileiro, e assim se fez por meio da Lei Adolfo Gordo – Lei nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907 (Pesavento, 1994, p. 28-29).

6. Em verdade, nenhum dos dois projetos tinha qualquer traço democrático. Durante a República Velha, por exemplo, a reforma da Legislação Eleitoral de 15 de novembro de 1904 (Lei nº 1.269) dispunha que “os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem (alínea a) por incapacidade física ou moral”, reafirmando que não podem alistar-se como eleitores “mendigos, analfabetos, praças e religiosos” (Brasil, 1904).

geração de riquezas era regionalmente tão gritante, então que a cada um coubesse administrar os frutos da sua região.

A divergência entre os projetos de Brasil liderados pelos militares (projeto positivista)⁷ e os liderados pelos cafeicultores tornou-se insustentável, obrigando o fim da República da Espada. Floriano Peixoto percebe a impossibilidade de governar sem o apoio dos cafeicultores, e o projeto positivista sucumbe às oligarquias cafeeiras. A República da Espada, assim chamada, é fruto de uma divergência de projetos de Brasil, e encerrava uma diferença de “interesses nacionais”.⁸ Quem definia o que seria interesse nacional não haveria de ser, pois, um líder ou um grupo de políticos capazes para tanto (como primava o Positivismo), mas aqueles que produziam riquezas e, no seu entendimento, sustentavam o país.⁹

É preciso notar que, neste momento, o interesse nacional sai do campo da nação, entendida como um conceito generalizante, para se ater ao campo do Estado Nacional e quem o estivesse controlando.¹⁰ O projeto político cafeicultor determinava o controle do Estado pelas oligarquias ricas, e assim redundava que o interesse nacional era delimitado e estabelecido por quem governasse e para quem o suportasse.¹¹ O projeto positivista continuaria apenas no Rio Grande do Sul, com Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, até 1930 (Pesavento, 1998).

A Aliança Liberal, força política que promove a Revolução de 1930 e encerra o período da República Velha (1889-1930), retoma os princípios positivistas no que tange especialmente ao papel do governo. Reaparece também uma negação a qualquer valor democrático, embora o movimento denuncie o que chamava de “autocracia e absolutismo, com a máscara da República” (Bonavides e Amaral, 2002, p. 144) e anuncie defender “o liberalismo e a democracia” (Pesavento, 1998, p. 100-103). De fato, o que ocorre, apesar do sempre presente chamamento ao povo e à democracia, é que há o controle do Estado pensado novamente para

7. Em sua carta-testamento de junho de 1895, Floriano Peixoto afirma que a República é “obra grandiosa de Benjamim Constant e Deodoro”, demonstrando claramente o espaço do Positivismo na República (Bonavides e Amaral, 2002, p. 339).

8. A carta de 1891 é fruto desta luta ideológica. Em seu art. 37, o parágrafo 1º dava ao presidente da República a possibilidade de vetar leis que julgasse inconstitucionais ou contrárias aos interesses do país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>.

9. Para uma ideia sobre as relações econômicas durante a República Velha em níveis de diferenciação entre o público e o privado, ver Maia e Saraiva (2012).

10. A historiografia atual demonstra sobejamente a diferença entre nação e Estado Nacional. Constata-se, inclusive, que é este último que cria aquela, e não, como se poderia supor, o contrário (Hobsbawm, 1990). As formações de identidade nacional acabam por criar regras de inclusão e exclusão baseadas numa noção anterior de Estado. Assim, a partir da República Velha brasileira, o interesse nacional não diz respeito à nação, mas ao construto político burocrático do Estado Nacional (Anderson, 1993).

11. Nos dizeres de Lindolfo Collor, em discurso em 1930, “é a posse do dinheiro o único estalão diferencial na sociedade” (Bonavides e Amaral, 2002, p. 138).

ser exercido por um grupo de capazes que viesse a tutorar o povo e seus direitos. Lindolfo Collor, em 20 de abril de 1930, afirma categoricamente que

os nossos candidatos aos supremos postos da República, os Drs. Getúlio Dorneles Vargas e João Pessoa, amplamente consagrados já pelo julgamento insuspeito do país, e cujos nomes acabam de ser aclamados por esta convenção, devem assumir o compromisso, perante a consciência do Brasil, de que serão dignos dos sagrados motivos morais e cívicos que lhes conferiram e impuseram tamanhas e tão gloriosas responsabilidades, na reivindicação dos direitos postergados e conculcados da nação (Pesavento, 1998, p. 149).

Além disso, apesar de alegar que “a oligarquia é a doença mais grave da República” (Pesavento, 1998, p. 152), o que se observa, após a chegada de Vargas ao poder, é o controle ainda mais restrito das funções de Estado por um grupo de capazes, conforme preconizado pelo Positivismo. Tal fato passa a ser bandeira dos revolucionários paulistas de 1932: “acredite o povo brasileiro que São Paulo não luta por interesses próprios, mas pelo interesse de todo o Brasil. Foi pela grandeza da Pátria comum, num regime de liberdade jurídica, que ele saiu a campo” (*op. cit.*, p. 545-546).

A Constituição de 1934 coloca o interesse público acima do privado (resguardadas indenizações) no que tange à indústria ou à atividade econômica (art. 116), estabelecendo a condição para que o Estado viesse a ter um papel preponderante no crescimento das forças produtivas no Brasil, especialmente quanto à industrialização. A mesma Constituição estabelecia a posição de gerente do Estado: “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país” (Brasil, 1934, art. 121). A definição da atuação do Estado como uma mescla entre proteção ao trabalhador e aos interesses econômicos demonstra as continuidades do pensamento de Auguste Comte.

É verdade, porém, que Vargas, criado dentro da tradição positivista,¹² abandona essa postura no seu último período como líder do Executivo. Na proclamação de instauração do Estado Novo, lida em 10 de novembro de 1937, Vargas refere-se ao interesse coletivo, aos interesses da comunidade, ao interesse geral, aos interesses nacionais e ao interesse público para ancorar a legitimidade da instauração do regime ditatorial. Todos os termos remetem à ideia generalizante de uma nação aos moldes do entendimento de Comte. A partir de 1951 e até 1954, entretanto, Vargas passa a falar em interesses como agentes

12. Afora Vargas ter surgido para o cenário político dentro dos princípios do Positivismo gaúcho, ele mesmo expressa sua lealdade a tais balizamentos. Em telegrama a Borges de Medeiros, então chefe do Executivo gaúcho, Vargas, ainda como deputado na República Velha, pergunta: “Dr. Borges de Medeiros, (...) consulto V.Ex.^a sobre conduta a seguir; isto é, se devo continuar acompanhando reuniões no Catete, sem publicar telegrama, para evitar que se extremem opiniões e comentários da imprensa, defendendo pontos de vista de V.Ex.^a à medida que forem sendo apresentadas emendas à consideração dos líderes” (D’Araujo, 2011, p. 228).

de partidos, grupos ou classes, deixando de lado a visão comtiana para reconhecer que não havia um interesse nacional (D'Araujo, 2011, p. 675). Ele menciona interesses mais legítimos do povo em oposição aos interesses dos especuladores e gananciosos (*op. cit.*, p. 677), busca a defesa dos interesses populares contra as pretensões egoísticas (*op. cit.*, p. 680). Chega mesmo a falar em interesses das classes trabalhadoras em oposição aos interesses das classes produtoras, numa clara mudança de entendimento, reconhecendo a existência de diversos interesses conflitantes em vez do comtiano interesse nacional.

Se não foi esta mudança de compreensão e prática política que levou Vargas ao suicídio, certamente colaborou. Enquanto ele mantinha a postura do interesse nacional comtiano (elitista, industrialista e essencialmente sectário), pôde construir consensos e manter apoios, inclusive dentro das oligarquias paulistas. Quando acenou com a possibilidade da disputa social, ainda que por meio do voto, não pôde governar.

Em 27 de janeiro de 1956, quando da sua diplomação, Juscelino afirmava que, usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o *interesse da pátria*, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho. Sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira. Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de *nostra missão* (Brasil, 2009d, p. 10, grifo nosso).

Juscelino também resgata a ideia de um interesse da pátria de linha comtiana e coloca-se em “missão” para trabalhar “pela família brasileira”. Nota-se novamente o espaço de passividade que é dado ao povo (representado pela metáfora da família) e a posição de condução que o governante assume – mesmo caminho seguiu Juscelino, embora em menos tempo, que havia seguido Getúlio Vargas. Já em 20 de junho de 1958, ele afirmava que era “chegada a hora de um pronunciamento claro e sincero do Brasil em relação a alguns assuntos da política internacional, (...) o que pensa no debate que se vem travando entre as forças que, dividindo o mundo, se defrontam e se ameaçam”, afirmando que isto representava “também os nossos interesses mais vitais” (Brasil, 2009d, p. 27). Era o reconhecimento das clivagens internacionais resultantes da Guerra Fria, sem adjetivações para qualquer dos lados e tentando manter a nação brasileira longe destas clivagens.

Quanto mais se aproximava do final do seu período de governo, Juscelino se via às voltas com a impossibilidade de continuar sustentando um interesse pátrio

único em um mundo cindido e um país dividido.¹³ Em 19 de abril de 1960, falando para membros do Conselho da Operação Pan-Americana no Palácio do Itamarati, o então presidente volta à retórica dos interesses nacionais, dos “nossos interesses e à projeção do nome de nossa pátria no exterior” (Brasil, 2009d, p. 41-46), enquanto na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, não usa uma única vez o termo interesse, mas denuncia que era preciso “estabelecer o equilíbrio do país, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade”.¹⁴

Conforme a retórica do interesse nacional vinha sendo desmentida pelas cisões político-sociais, a resposta do presidente era essencial para manter a coesão dos apoios no Legislativo. Se ele continuasse na linha comtiana do Estado-gerente, distante das cisões e propalador da ideia do interesse nacional, a oposição mantinha-se relativamente colaborativa. Caso o presidente assumisse a realidade histórica, com interesses fragmentados, havia um abandono da oposição, como na segunda parte do governo de Juscelino Kubitschek, com a posição da União Democrática Nacional (UDN) (Zulini, 2015, p. 1031).

Entre 1946 e 1964, os chefes do Executivo esboçaram uma retórica pendular entre admitir o ideal comtiano de Estado e o interesse nacional ou apontar as clivagens de uma sociedade desigual, saltando de um ponto a outro conforme seus interesses políticos momentâneos. O ápice deste processo foi o governo de Jânio Quadros, que desde o início joga de forma muito violenta com as duas posições, causando uma ideia de instabilidade como parte de sua política.

Já em 1º de janeiro de 1961, por conta de sua eleição, Jânio afirma que não pedirá ao povo “que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos. Os proletários e os humildes devem zelar pelos seus interesses e por eles lutar dentro das regras do sistema democrático” (Brasil, 2009b, p. 15-16). Ao negar de imediato o paradigma comtiano e afirmar interesses conflitantes que deviam ser resolvidos dentro das regras do sistema democrático, Jânio marca uma divergência imediata com seus antecessores. Se Getúlio e Juscelino foram afastando-se do interesse nacional uno por força do seu caminho político, Jânio já inicia seu mandato deixando clara sua posição – que afirmava que “a democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir esse embate de interesses” (*op. cit.*, p. 17).

13. “A ordem democrática instituída no Brasil após a queda do Estado Novo entrou para os anais da historiografia política como o reino do facciosismo. Frequentemente, as monografias disponíveis sobre os maiores partidos da República de 1946 a 1964 reconhecem a dificuldade enfrentada pelas legendas na tentativa de harmonizar as várias forças antagonísticas que formavam os seus quadros” (Zulini, 2015, p. 1017). A autora questiona a visão dominante na academia sobre o facciosismo, mas mostra claramente o desgaste do governo JK em sua segunda metade, especialmente pela “deserção” da UDN (*op. cit.*, p. 1024-1031).

14. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2204201004.htm>>.

Não se trata de afirmar que Jânio estivesse mais voltado para as políticas do partido A ou B, mas de apontar que não estava imbuído da ideia do Estado-gerente comtiano, cujo objetivo seria, por meio da formulação do interesse nacional, dirimir embates na sociedade. Jânio afirmava que isto não é papel do governo, e sim do jogo democrático – portanto, sua eleição já era fruto desta escolha. Ocorre que, em mensagem ao Congresso, por ocasião de abertura da sessão legislativa, ainda em 1961, Jânio afirmava que

o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação (Brasil, 2009b, p. 19).

Não só reaparecem os interesses do Brasil, mas agora eles estão igualados às aspirações gerais da humanidade e lado a lado com o desenvolvimento econômico. É exatamente esta postura pendular de ora reafirmar seu compromisso social, admitindo os interesses conflitantes e cindidos, ora defender posturas generalizantes, que esconderiam o conflito, que torna o governo de Jânio Quadros tão instável. No mesmo discurso, por exemplo, ele diz que “o Brasil só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos” (Brasil, 2009b, p. 20), para complementar que “o grande interesse brasileiro nesta fase histórica é o de vencer a pobreza, o de realizar efetivamente seu desenvolvimento. O desenvolvimento e a justiça social são da essência mesma dos ideais democráticos” (*idem, ibidem*). O interesse nacional balança entre o desenvolvimento econômico (sem adjetivos explicativos ou restritivos) e o combate à pobreza e a justiça social.

Na carta de renúncia, de 25 de agosto de 1961, Jânio retomaria o argumento dos interesses conflitivos dizendo que desejou “um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior” (Brasil, 2009b, p. 33). Tal qual seus antecessores, ao admitir o conflito como parte da política e sinalizar – ainda que retoricamente – que o governo “iria contrariar interesses poderosos” (*op. cit.*, p. 42), Jânio decidia o futuro do seu mandato.

A traumática transição para João Goulart não é tema deste texto, mas de imediato é possível assinalar que Jango não retoma a “normalidade” por meio de um governo que almeje o interesse nacional com uma política de conciliação. Pelo contrário, Goulart estabelece em termos ainda mais claros a clivagem que já não tinha sido aceita no período de Jânio Quadros. Em seu discurso de posse, em 7 de setembro de 1961 (depois da manobra parlamentarista), afirma

que “não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor sua vontade, vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo” (Brasil, 2009c, p. 9). Este movimento retórico é anterior, no discurso, à menção dos “altos interesses da nação” e “dos mais sagrados interesses da pátria comum” (*op. cit.*, p. 10-11). João Goulart reconhece as clivagens de interesses dentro dos grupos sociais e trata de amearhar apoios em 17 de novembro de 1961.

As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria é condição indispensável ao progresso do país e à elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro (Brasil, 2009c, p. 15).

Note-se que “os altos interesses nacionais” se subordinam retórica e logicamente a “todo o povo brasileiro”, explicitando o objetivo não do crescimento econômico (genérico e generalizante) de todo o país, mas de “elevação dos níveis de existência” do povo. Ainda que com a retórica mais acentuada pela negação da elipse das clivagens sociais, o discurso de João Goulart evoca os princípios positivistas de forma clara pela ideia de “progresso do país”, que passava, necessariamente, pelo desenvolvimento da industrialização. Não se pode esquecer que Jango tinha sido ministro e figura muito próxima de Getúlio Vargas – o Positivismo é evidente dentro do amálgama do trabalhismo deste último.

Em tons mais vibrantes, a retórica de Goulart, em 25 de novembro de 1962, por conta da inauguração da central elétrica do Urubupungá, já fracionava a ideia de interesse nacional ao retirar dele o que chamava de capital especulativo. “Somos contra, sim, certo tipo de capital, que vem especular no país e enriquecer à custa do sofrimento e da miséria do povo brasileiro. Combatemos esse capital, em nome do povo e dos legítimos interesses do país” (Brasil, 2009c, p. 61). Tais cores seriam ainda mais avivadas por conta da campanha pelo plebiscito de 1963, em que Jango definia com mais precisão o que seria o interesse nacional.

E, ao cuidar desses problemas, organizados e estruturados através de uma política de atendimento e de apoio aos homens que vivem no interior, procuraremos também, paralelamente, combater a inflação que vem tumultuando a nação e destruindo os orçamentos, principalmente os das classes menos favorecidas, essa inflação que beneficia a poucos em detrimento dos interesses legítimos da maioria da população, essa inflação que está contribuindo para cristalizar privilégios de uma minoria que enriquece cada vez mais, enquanto as grandes massas populacionais do país empobrecem, vendo exaurir-se na espiral dos preços sua capacidade aquisitiva (Brasil, 2009c, p. 66).

Se por necessidade política ou por convicção, o fato é que João Goulart rompia com o pouco do paradigma comtiano que recebera ao reforçar as figuras

retóricas de maioria da população e os interesses legítimos em oposição aos privilégios de uma minoria rica. A guinada definitiva para fora do paradigma comtiano se dá no conhecido Comício da Central, em 13 de março de 1964, quando os interesses agora se colocam contra a democracia.

A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobras, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande presidente Vargas ao extremo sacrifício (Brasil, 2009c, p. 80).

A ruptura, proposta por Goulart, com a ideia historicamente brasileira de interesse nacional, não era socialista ou comunista. Goulart aceitava o fortalecimento do Estado Nacional e a ideia de desenvolvimento como sinônimo de industrialização, tal qual explicitado no paradigma comtiano. A diferença é que Jango claramente rompia com o elitismo ao colocar dentro dos interesses, nominalmente, operários e camponeses.

De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país (Brasil, 2009c, p. 82).

4 INTERESSES NA DITADURA MILITAR

A historiografia sobre a política externa brasileira é quase unânime ao afirmar que o interesse nacional durante o golpe poderia ser expressado pelo binômio segurança e desenvolvimento.¹⁵ Ainda que os espaços para os dois vetores sejam pontos de debate entre os autores, todos concordam que tais ideias norteavam a política durante o período militar, em seu escopo interno ou externo.

A ideia do binômio, no entanto, não representa a política do período militar de forma acurada, nem interna, nem externamente. Em realidade, como se verá a seguir, não é todo o desenvolvimento que interessa ao regime de 1964 – neste sentido, o paradigma comtiano é mais explicativo. O desenvolvimento deveria ser, ainda, balizado por três vetores distintos: *i*) industrialização; *ii*) fortalecimento do

15. Ver Miyamoto e Gonçalves (1993, p. 232); Pinheiro (2004, p. 37); Cervo e Bueno (2008, p. 372-373); e Vizentini (1998, p. 361-364).

Estado Nacional; e *iii*) concentração dos meios de produção nas mãos de uma pequena elite. Esta diferença é essencial, pois é ela que explica a rejeição, dentro do próprio meio militar, ao governo do general Castelo Branco. Cervo e Bueno (2008, p. 368) chamam este momento de “passo fora da cadência”, uma vez que as ideias de corte liberal haviam eclipsado o “nacional desenvolvimentismo”.

Perpetrado o golpe civil-militar de 1964, poderia se pensar que a questão do interesse nacional estaria, enfim, solucionada. Desde o início da República brasileira, o estamento militar pautava o Positivismo como base de entendimento e atuação do Estado – portanto, não seria no instante em que se assumissem o poder, no século XX, que isto poderia ser diferente. A parte civil do golpe requisita, no entanto, num primeiro momento, a primazia da condução da política e da economia.¹⁶

O que ocorre não é apenas um “passo fora da cadência”, mas a luta interna entre o histórico entendimento da instituição Exército sobre o que seriam o interesse nacional e os interesses econômicos dos grupos que ajudaram a perpetrar o golpe. Com Castelo Branco, a ideia de interesse perde o termo nacional. Em sua primeira manifestação, de 11 de abril de 1964, a expressão interesse nacional simplesmente não aparece. Em 15 de abril de 1964, perante o Congresso Nacional, a manifestação de Castelo Branco, ao tomar posse, novamente não menciona o termo, e desta vez em seis páginas de discurso.¹⁷

Não se afirma aqui que Castelo Branco deixou de definir o que era interesse nacional, porém, por uma razão a seguir explicitada, não usou o termo. Neste discurso, estão presentes quase todos os traços positivistas. Castelo Branco declara que “será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento”. Em outro trecho, promete, conciliatoriamente, que será “o presidente de todos eles [brasileiros] e não o chefe de uma facção” e ataca a democracia que existia antes de 1964 – segundo o general-presidente, ela tinha “tantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível”.¹⁸ A imagem retórica do Positivismo está (quase) completa no final do discurso, quando Castelo Branco cita Rui Barbosa.

Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e

16. Isto pode ser visto, por exemplo, pela escolha de ministros de corte totalmente liberal, como Francisco Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, para áreas centrais da economia e do planejamento.

17. Em todos os discursos de Castelo Branco em 1964 (quase oitenta disponíveis na biblioteca da presidência), em apenas seis vezes ele usa o termo interesse nacional. Os termos mais próximos utilizados são interesses do país, interesses da pátria, interesses da República e interesses do Brasil – se somados, não chegam a uma dúzia. É um número demasiado pequeno levando-se em conta a quantidade de discursos e comparando-se aos outros chefes do Executivo nacional, especialmente generais-presidentes.

18. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

ele nos seguirá”. Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada.¹⁹

O que estaria faltando na imagem proposta por Castelo Branco para estarmos firmemente dentro do paradigma comtiano? Estão presentes as noções de progresso por industrialização; de um governo que deve repudiar as clivagens sociais, atuando como mediador; e, por fim, surge a noção do elitismo e das massas como passivas no processo político. No entanto, falta exatamente o fortalecimento do Estado Nacional. A colocação da dupla Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos nos postos de comando da economia do Brasil leva o governo de Castelo Branco para o lado do liberalismo, com forte tendência ao financismo internacional. Exatamente por isso, o discurso do general-presidente evita o termo interesse nacional. Não significa que Castelo Branco não contasse com as bases ideológicas comuns ao Exército, mas pensava em fazer um governo com personagens “exímios e competentes” em seus respectivos campos. Se estes profissionais, cuja *expertise* era evidente, apontassem para a necessidade da diminuição do espaço do Estado Nacional, o presidente não se oporia.

O Exército como instituição, entretanto, sinaliza claramente a não concordância com a ruptura da ideia histórica de interesse nacional comtiano. De fato, após Castelo Branco, há uma retomada dos ideais de fortalecimento do Estado Nacional, do desenvolvimento por via da industrialização monopolizada socialmente e, cada vez mais, do afastamento do povo dos processos decisórios – cria-se, assim, uma elite política ou burocrática de caráter hermético que nos relega, até hoje, dificuldades quanto à ideia de uma democracia participativa.

Em que pese que existem diferenças quanto às formas de aplicação das ferramentas econômicas entre os generais-presidentes depois de Castelo Branco, todos retomam o mesmo ideal de interesse nacional. Costa e Silva, por exemplo, declara, em 22 de outubro de 1965, que,

quando jangos e brizolas procuravam subverter a disciplina militar e fechar o Congresso Nacional e conspurcar a ação dos juízes, o Exército veio à rua para restabelecer a ordem, a disciplina, a decência, a austeridade e a autoridade do governo. E o fizemos certos de que não defendíamos um partido, uma instituição, um interesse de classe, mas sim a integridade da Pátria (Brasil, 1983, p. 38).

19. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/02.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

Além disso, em um só parágrafo, é possível ver a reorganização do interesse nacional comtiano²⁰ e marca-se notoriamente a diferença de seu entendimento para o de Castelo Branco. Em 26 de maio de 1966, Costa e Silva afirma o seguinte.

Não haveria necessidade em rigor de vos assegurar que, aspirando sobretudo alcançar a emancipação de nossa economia de base, nem por isso somos hostis ao concurso dos capitais estrangeiros. Mas fique bem claro que não nos interessa o capital alienígena que nos procura, tão somente, para fins egoísticos de lucros exorbitantes, nem o que pretende, pela concorrência ou pelo monopólio, prejudicar nossas atividades econômicas, agrícolas ou manufatureiras (Brasil, 1983, p. 72-73).

O terceiro general-presidente – que assume depois da negação da passagem do poder para o vice Pedro Aleixo, após sinistro com a saúde de Costa e Silva –, Emílio Garrastazu Médici, mantém a ideia do interesse nacional comtiano e, em seu discurso de posse, declara que acredita “no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução”.²¹ Se ficam claras a manutenção da ideia de desenvolvimento pela via da industrialização e a noção de evolução, é também patente a visão de governo como um mediador social, quando Médici afirma que,

estimulando, pois, as iniciativas que possam gerar riqueza, não quer o poder público proteger este ou aquele grupo financeiro ou econômico, em detrimento do interesse geral. Pretende, isto sim, incrementar o crescimento da economia, a fim de suscitar estado de coisas, que possibilite, com a elevação do nível de vida, amenizar as misérias sociais.²²

As mesmas referências narrativas são retomadas por Ernesto Geisel, com a industrialização como modelo de desenvolvimento e assim alçada à condição de interesse nacional, desde que fosse de base nacional.

Ademais, cumpre destacar as medidas voltadas para a expansão do mercado nacional no setor de bens primários e industrializados produzidos internamente. Neste sentido, o estabelecimento de uma política de desenvolvimento comercial interno passou, também, a ser objeto das preocupações do governo; verificou-se que, ao contrário do que sucede com a indústria, não foram ainda fixadas, em benefício do comércio interno, diretrizes, normas e medidas estimuladoras e reguladoras

20. Costa e Silva retoma com força a ideia do interesse nacional conforme definimos na primeira seção, inclusive quanto ao papel de mediador social do Estado: “Estou firmemente convencido de que estes dois anos decorridos se constituíram na fase mais difícil da Revolução, pois se tratava de consolidá-la, quando tudo era caos e confusão. Percebo as perspectivas que se vêm abrindo para o futuro, quando se há de coroar esta grandiosa obra de dois anos, numa fase de conciliação em seu mais alto e patriótico sentido. Entre os princípios revolucionários e as liberdades democráticas. Entre os interesses privados e os postulados da justiça social. Entre as medidas de contenção do processo inflacionário e a política e os interesses inalienáveis do povo brasileiro” (Brasil, 1983, p. 54).

21. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>>.

22. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/06/view>>.

que promovam e assegurem o desenvolvimento do setor, em consonância com o interesse nacional e o progresso econômico-social do país (Brasil, 1976, p. 53).

Durante os governos militares, ocorre uma imensa concentração de renda que não é “efeito não querido” das políticas econômicas, mas fruto de um projeto claro de país. Ao mesmo tempo, o Estado passa a ser preponderante no processo econômico brasileiro. Ao não aceitar o liberalismo de Castelo Branco como projeto econômico nacional (por ser contrário ao paradigma comtiano de Estado), o regime militar coloca o Brasil em choque com os interesses internacionais, que passam a usar os instrumentos macroeconômicos para pressionar a nação.²³

Mesmo já com a economia em processo rápido de deterioração pela inflação e pelo desequilíbrio das balanças de pagamento, o general Figueiredo afirmava, em 19 de março de 1979, que a função do estado é “estimular a sociedade a produzir recursos e – diante de sua escassez crônica – estabelecer prioridades de distribuição, de forma a atender aos interesses da maioria” (Brasil, 1980, p. 10). Ele toca especificamente na questão dos interesses divergentes quando diz o seguinte.

- Os empresários precisarão compreender que menos lucros nominais podem significar maiores ganhos globais.
- Apostar na inflação pode resultar em estoques encalhados.
- Banqueiros que emprestam a juros excessivos arriscam o principal (Brasil, 1980, p. 11).

Em seguida, João Figueiredo complementa, na demonstração da função de mediador do Estado, que

o combate à inflação é incompatível com reajustes salariais muito acima dos aumentos do custo de vida. Na verdade, reivindicações como essas são elitistas, na medida em que só beneficiam minorias e utilizam greves flagrantemente ilegais como instrumentos de pressão (Brasil, 1980, p. 8).

A industrialização continua a ser defendida, apesar do reconhecimento dos problemas que os choques do petróleo causaram ao Brasil. Em 12 de setembro de 1979, Figueiredo dizia o seguinte.

Entretanto, o mundo em desenvolvimento não pode ter sua unidade calçada exclusivamente na coincidência de interesses perante as nações altamente industrializadas. O peso crescente dos insumos energéticos ameaça introduzir, em caráter duradouro, agudos desequilíbrios no intercâmbio entre países em desenvolvimento (Brasil, 1980, p. 131).

23. Na década de 1970, por exemplo, com o fim do “milagre brasileiro”, Geisel não se reporta ao Fundo Monetário Internacional (FMI), mas aos bancos europeus, por saber que os empréstimos do FMI teriam como contrapartida uma redução de liquidez, de crédito e dos gastos públicos. Na década de 1980, entretanto, não foi possível escapar de tais acordos e das políticas exigidas no controle das variáveis macroeconômicas (Almeida, 2014, p. 478-480).

A sustentação da ideia do interesse nacional era mantida ainda que todo o resto estivesse em crise. Assim, mais que um interesse dos militares, evitar a clivagem social era essencial, e o general-presidente afirmava o quão deletérias eram as “forças interessadas em desestabilizar a sociedade” (Brasil, 1980), falando dos movimentos sociais e seus interesses divergentes do interesse nacional.

É natural que, em tal situação, haja campo fértil para as reivindicações absurdas e a agitação que as acompanha. Não é difícil debitar todos os problemas sociais às forças existentes, interessadas em desestabilizar a sociedade ou criar problemas para o governo e os empresários. Há, contudo, que reconhecer as causas e distingui-las dos efeitos. Aquelas forças seriam impotentes, seu esforço seria vão, se a inflação não lhes desse a credibilidade sentida diariamente, pessoalmente, pela imensa maioria que vive do produto de seu trabalho (Brasil, 1980, p. 141-142).

5 O INTERESSE NACIONAL NA NOVA REPÚBLICA

Até 1985, a ideia de interesse nacional mantinha-se praticamente a mesma daquela exarada no início da República. O Estado positivista, conforme defendia Auguste Comte no século XIX, continua presente, delimitando funções, ações e espaços que o Estado Nacional deveria exercer/ocupar. Este entendimento é baliza para os presidentes, que passam a ser julgados conforme adequação a essas margens – aqueles que tenham demonstrado oposição à ideia, sejam progressistas ou conservadores, enfrentaram oposição parlamentar, problemas com a burocracia e mesmo isolamento entre os grupos militares.

O que se vê durante a Nova República não é muito diferente. Ocorre que o “presidencialismo de coalisão” (Limongi, 2006) e os instrumentos de fortalecimento do Legislativo e da burocracia de governo da Constituição de 1988 (Moraes, 2001) fizeram com que os presidentes precisassem se adequar ainda mais rapidamente ao paradigma comtiano, ou não conseguiriam completar seus mandatos.

Em 17 de março de 1985, José Sarney dizia:

não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classe, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem comum, a proteção dos interesses maiores da nação. Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu estado, sem que a ordem presida às transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade (Brasil, 1985, p. 10).

O termo interesse nacional é cuidadosamente evitado, como forma de romper com a retórica do regime ditatorial, mas a essência do paradigma comtiano

continua em evidência por meio da negação das divergências, da manutenção da ordem e do progresso – estes como base para a democracia e a produção. A figura do cidadão é sempre apresentada como paciente das ações políticas, exatamente como Comte estabelecia.

A crise econômica se avolumava e a retórica do interesse nacional reduzia-se, em número de aparições, nos discursos de Sarney, especialmente a partir de 1989. O presidente, entretanto, não contraria o paradigma comtiano (como fizeram Vargas e Jango abraçando a ideia da divergência social legítima) afirmando a existência de interesses divergentes ou conflitantes. Ao contrário, Sarney reforça a tentativa de conciliação política pela negação da legitimidade dos movimentos sociais.

Durante o governo, eu enfrentei muitas tentativas de desestabilização e quero fixar uma delas. Um aspecto dessa ação, por exemplo, tem sido o grevismo selvagem, que não é exercido para defender direitos sociais ou trabalhistas, mas para ocupar espaços, por grupos políticos que não aceitam o jogo democrático, não aceitam o império da lei. Por exemplo, eu quero que o povo saiba que durante este período eu enfrentei, no governo, 8.790 greves. Qualquer país do mundo, por mais poderoso que ele seja, teria grandes problemas somente com esse fato, além de todos os outros problemas que eu tenho que administrar (Brasil, 1989, p. 186).

O primeiro presidente eleito diretamente depois do fim do regime militar – Fernando Collor de Mello – já inicia o seu período assumindo a legitimidade da clivagem social e rompendo com o paradigma comtiano. Em 15 de março de 1990, em seu discurso de posse, no contexto da queda do Muro de Berlim, ele declara que

o socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo (Brasil, 1990a, p. 12).

Assumir a legitimidade de conflitos dentro da “sociedade moderna” dizendo que são “inevitáveis” e, na mesma construção, citar o “socialismo como preocupação ética” foi, certamente, uma novidade perigosa. No entanto, Collor vai ainda mais longe ao afirmar a necessidade de “criar condições para o resgate da nossa gritante e vergonhosa dívida social” (Brasil, 1990a, p. 17) como condição para a retomada “irreversível” do crescimento. A retórica de Collor em seu discurso de posse já reconhece que é preciso “aceitar a diversidade de interesses” e fala em “integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico” (*op. cit.*, p. 26-27).

Se já havia sido inovador assumir como legítimas as clivagens sociais em seu discurso de posse, em entrevista coletiva de 27 de março de 1990, para explicar as medidas de retenção financeira (Brasil, 1990b), Collor rompe com outra das características do interesse nacional. Perguntado sobre o papel do Estado na economia, o presidente afirma que precisa ocorrer um “processo de emagrecimento do Estado”, com o objetivo de “distribuição efetiva de renda” e “justiça social” atreladas ao crescimento econômico (*op. cit.*, p. 27-28). Quando questionado sobre sua base de apoio no congresso, Collor anuncia:

eu tenho uma relação muito forte e muito profunda com a imensa maioria da população brasileira, que é exatamente a imensa maioria da população que passa fome, que quer justiça, que não tem saúde, que não tem educação, que não tem emprego, que não tem trabalho, que não tem salários dignos. (...) Portanto, os meus compromissos são todos voltados para o atendimento das necessidades básicas dessa população (Brasil, 1990b, p. 30-31).

Em vez de reafirmar a ideia do crescimento industrial, o então presidente declara: “Nós estamos muito atentos aos índices de desemprego na economia e ao nível de rotatividade de emprego na economia” (Brasil, 1990b, p. 32-33). Antes de proteger a indústria nacional, Collor assegurava a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, de forma ainda mais brusca que a tentativa de Castelo Branco.

Já tomamos algumas medidas dentro do programa econômico, como a flutuação do câmbio e a liberação das importações – que são mecanismos puros da economia de mercado. Também tomamos outras medidas que deixam um pouco incomodados alguns que, como eu, entendem que temos que perseverar na busca da economia de mercado, através de um certo controle de preços e de outros mecanismos. Mas é fundamental que nos utilizemos desses mecanismos nesse período transitório, como o senhor coloca na sua pergunta, para que alcancemos, um pouco mais adiante, daqui a alguns anos, a verdadeira economia de mercado. O que eu desejo, ao final desse meu período de administração, na chefia da Presidência da República, o que espero, ardentemente, é constituir no Brasil a verdadeira economia de mercado, sem nenhum tipo de constrangimento para a atividade produtiva, sem nenhum tipo de mecanismo que interfira na política de preços e de salários, na política de importação ou de exportação. Esse é o objetivo que estamos buscando, detida e vigorosamente, alcançar dentro desse período governamental (Brasil, 1990b, p. 37).

A história registra que o *impeachment* de Collor tem bases empíricas e razões legais. Não obstante a isto, desde o início de seu governo, Fernando Collor afrontou a ideia estabelecida na burocracia e nas elites diretivas brasileiras de interesse nacional.²⁴ Ainda que não fosse verdade, ele reafirmava sua proximidade com o povo, além de defender a abertura econômica por sobre o desenvolvimento

24. O processo de abertura de mercados correu sem o consenso de parte da elite industrial brasileira, por exemplo.

nacional e uma ideia de distribuição de renda – posições diametralmente opostas ao que vinha sendo defendido como interesse nacional desde o início da República.

Após a crise política que adveio do processo de *impeachment* e a presidência de Itamar Franco, uma nova eleição direta traria Fernando Henrique Cardoso à Presidência do Brasil – e, com ele, o retorno do paradigma comtiano. Não o fez, entretanto, sem um processo de negociação que já começa em sua posse. No discurso de 1º de janeiro de 1995, Cardoso não usa, em momento algum, o termo interesse nacional, mas evoca “os tenentes revolucionários da Velha República” e a “campanha O Petróleo é Nosso”, citando que para ele “petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra” (Brasil, 1995, p. 23-24). As imagens, reiteradas durante o discurso, lembram os ideais comtianos de industrialização e fortalecimento do Estado Nacional, ao mesmo tempo que Cardoso denunciava que, com Juscelino Kubitschek, por exemplo, “os anos dourados (...) terminaram com inflação e tensões políticas em alta” (*op. cit.*, p. 24) – uma crítica aberta aos interesses divergentes dentro da sociedade. O Brasil da “união” é caracterizado com cada grupo fazendo a sua parte.

Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de crescer e florescer (Brasil, 1995, p. 25).

No mesmo discurso, Cardoso menciona a necessidade da justiça social, termo bem diferente da dívida social que usou Collor. O termo justiça carrega a flexibilidade de entendimento por meio da subjetividade. Fernando Henrique Cardoso cita, ainda, Joaquim Nabuco e sua luta abolicionista, enfatizando a importância do elitismo dirigente. Nabuco não era escravo, mas condoía-se “por sentir no coração o horror da escravidão” e também “vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossem brasileiros –, vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isso não pode continuar!” (Brasil, 1995, p. 26). Os termos do acordo estavam claros e o então presidente termina por afirmar que “tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a nação: quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos” (*idem, ibidem*).

Mesmo quando fala das “desigualdades extremas entre regiões e grupos sociais”, Cardoso não deixa de enfatizar que “nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural”, para em seguida estabelecer que sua “missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo” (Brasil, 1995, p. 29-31) – entidades diferentes, povo

e governo, que são unidas pelo fio condutor do político capaz e de saberes específicos, como estabelecia Comte.²⁵ O retorno ao princípio comtiano de ação de Estado fica claro na negação da legitimidade das divergências e na ideia de um governo que, por ser consciente (no sentido positivo comtiano), auxilia o povo a alcançar suas “prioridades”.

Ciente destas limitações, Cardoso afirmava, em 20 de fevereiro de 1996, na Cidade do México:

também intimamente ligada à questão da globalização é a limitação que se impõe à capacidade dos Estados de escolher estratégias diferenciadas de desenvolvimento, de adotar políticas macroeconômicas heterodoxas ou, ainda, de sustentar fórmulas rígidas na relação entre o capital e o trabalho. (...) A ortodoxia ou o conservadorismo dessa espécie de tribunal imaterial, porém influente, traz limitações à capacidade de operar dos governantes, os quais, se, por um lado, não podem simplesmente ignorar esses condicionantes da realidade contemporânea, por outro, têm dever de buscar, nas contradições e nas inconsistências, bem como nas janelas de oportunidade do sistema em gestação, estratégias capazes de reafirmar a prioridade do interesse nacional, de reforçar a vocação de países como os nossos para a autodeterminação soberana e, sobretudo, de consolidar nossa capacidade de influir na construção do futuro. (...) Ora, o cerne da ação política, hoje, é justamente o de criar um espaço político onde esses interesses se harmonizem racionalmente (Brasil, 2009a, p. 31-32).

Em seu segundo mandato, Cardoso sinalizava para uma ruptura narrativa agressiva em relação ao paradigma comtiano. O custo da manutenção da política financeira que alicerçava o real não havia sido diminuído pelo efeito do crescimento da economia. De fato, Cardoso se ressentia da falta de investimentos produtivos feitos pela elite brasileira, mesmo com todas as condições que seu governo montara. Em 1º de janeiro de 1999, em seu discurso de posse do segundo mandato, o presidente declarava o seguinte.

Queremos aprofundar a parceria com a sociedade. Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de opinião pública era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade, que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não governamentais. Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios. A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas

25. É verdade que Cardoso faz um apelo por se “costurarem novas formas de participação da sociedade”, mas circunscreve essas formas à “tomada de consciência” e aos meios de “comunicação de massa”, e não aos partidos ou associações políticas. Esta seria uma forma aceitável à luz da teoria comtiana, negando-se a ideia de participação direta e assumindo-se apenas, e de maneira tênue, uma ideia de representação por instituições sociais: “As instituições sociais, nesse sentido, existem, por um lado, para satisfazer as necessidades humanas e, por outro, para regular o egoísmo dos indivíduos (aliás: esse é, precisamente, o papel do governo nas sociedades)” (Lacerda, 2004, p. 67).

do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela. A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que mais têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais (Brasil, 2009a, p. 48-49).

De uma só vez, Cardoso nega o elitismo positivista do governo e enfatiza que hoje é preciso ouvir sindicatos, movimentos sociais, para atender aos “mais pobres”. Afirma, ainda, a necessidade da redução do papel governamental do Estado por meio da descentralização das políticas públicas, a fim de auxiliar os “que mais precisam” em detrimento dos que “mais têm”. O caminho narrativo de Cardoso revela uma diferença entre o primeiro e o segundo mandato – de um início de governo (primeiro mandato) bastante afinado com o interesse nacional comtiano²⁶ a uma parte final (segundo mandato) marcando uma retórica de ruptura com aquele paradigma. O curso declinante da economia brasileira e a rejeição ao programa neoliberal são comumente apontados como causa da queda de apoio ao presidente e da imensa diferença, em níveis de aceitação, entre o primeiro e o segundo mandato.²⁷ Porém, é interessante verificar, seguindo a argumentação do artigo, que tão logo um presidente rompa (ainda que narrativamente) com o paradigma comtiano de interesse nacional, as burocracias,²⁸ a classe política e a elite econômica (Mills, 1982) majoritariamente se colocam contra o chefe do Executivo.

Luiz Inácio Lula da Silva, eleito após Cardoso, já precisou compor com o interesse nacional antes mesmo de sua eleição. Em 22 de junho de 2002, o então candidato Lula escreveu uma carta ao povo brasileiro, em que dizia: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar” (Leia..., 2002). É sintomática a inclusão do verbo pacificar logo após crescer, deixando o sentido de incluir ilhado entre os dois outros sentidos. Lula afirma que, nos anos de Cardoso, “a economia não cresceu” e “a soberania do país ficou em grande parte comprometida”. Mesmo remetendo-se a outras questões (como corrupção e crise social), Lula deixava clara sua aceitação ao paradigma comtiano, negando até mesmo algo caro à esquerda – a autonomia dos interesses sociais no jogo da democracia. Ele declara que o “fracasso do atual modelo não está conduzindo (...) ao protesto destrutivo” – ao contrário, “a população acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a

26. As privatizações começaram no governo Fernando Henrique Cardoso em 1996, com a Light. A narrativa do primeiro mandato, contudo, não assume as privatizações de forma clara, estabelecendo que elas serviriam para fortalecer o Estado ao diminuir dívidas e melhorar serviços. Apenas no final do seu primeiro mandato, o peso destas ações começou efetivamente a se fazer sentir (Araújo, 2010).

27. Sobre o declínio do governo Fernando Henrique Cardoso, ver Cervo e Bueno (2008, p. 491-511).

28. Tome-se aqui o significado weberiano de burocracia (Weber, 1967, p. 60-94), o sentido dado por Graham Allison quando afirma que “líderes do governo podem interferir substancialmente, mas não controlar substancialmente, o comportamento das organizações” (Allison, 1969, p. 698, tradução nossa), e o dado por Jeffrey Checkel, quando cita “burocracias nacionais e seus interesses” (Checkel, 2008, p. 75-76, tradução nossa).

sustentar um projeto nacional alternativo” (Leia..., 2002). Ao mesmo tempo que Lula indica que entende que existem “protestos destrutivos”, ele afirma a ideia de um “projeto nacional” que remete ao sentido de nação – coletiva – de Comte.

A procura pela configuração de um “coletivo nacional” em busca da mudança segue quando Lula anuncia, no mesmo documento, que sua candidatura tem o “caráter de um movimento de defesa do Brasil (...) enquanto nação independente”. Ao elencar seus apoios, o então candidato afirma que “trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária” com “parcelas significativas do empresariado” e diz que as soluções poderão ser “fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir uma autêntica aliança pelo país, (...) capaz de assegurar o crescimento com estabilidade” (Leia..., 2002).

O contexto das vulnerabilidades econômicas brasileiras, em função da financeirização que Cardoso acabou por fazer, contrapõe-se ao paradigma comtiano – e Lula não deixa de sinalizar isso também quando menciona a “crise de confiança na situação econômica do país” por meio das “graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo (...) como único caminho possível para o Brasil” (Leia..., 2002). O mesmo ponto que havia sido decisivo para a negação do modelo de Castelo Branco, com Cardoso ressurgir por meio da ideia de globalização. Lula termina a carta em uma patente aceitação do interesse nacional comtiano: “O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis” (Leia..., 2002).

Os termos “desenvolvimento econômico”, “bem do Brasil”, “todos”, “unirem” e “programa responsável” são eloquentes se comparados ao que está sendo dito neste trabalho.

Em 1º de janeiro de 2003, em seu discurso de posse, Luiz Inácio Lula da Silva não usa o termo interesse nacional, mas em todos os seus discursos procura passar a ideia de “interesses não necessariamente coincidentes, mas que têm um objetivo comum, contribuir para que o Brasil supere a crise atual e retome de modo sustentado o caminho do crescimento econômico”²⁹ ou de que a “preservação dos interesses nacionais não é incompatível com cooperação e solidariedade”.³⁰ A retórica da conciliação e do crescimento econômico acompanhou Lula em todo o primeiro mandato. Se no seu discurso de posse ele dizia que “teremos

29. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/13-02-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-reuniao-do-conselho.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

30. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/26-01-disc-do-pres-da-rep-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-dialogo-no-forum-economico-mundial.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais” (Brasil, 2008, p. 8), ao falar do povo brasileiro e dos movimentos sociais, prefere utilizar “movimentos cívicos” ou “grande mutirão cívico” (*op. cit.*, p. 9), para evitar a retórica da luta de classes e atrelar o povo à ideia de nação.

Lula elege o tema da fome como grande prioridade de governo – incontroverso por seu próprio sentido. Além disso, mesmo quando fala em reforma agrária, junta os termos “pacífica, organizada e planejada”, afirmando que tudo isso é possível com um “poderoso apoio à agroindústria e ao agronegócio”, que são atividades “complementares” (Brasil, 2008, p. 10). À ideia de um país unido, Lula une o esforço de crescimento que se baseará no “incremento do mercado interno”, buscando um “autêntico pacto social, (...) uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo geradores da riqueza fundamental da nação” (*op. cit.*, p. 11).

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça (Brasil, 2008, p. 11).

Afora os temas claros do paradigma comtiano, como industrialização, união nacional e controle das clivagens sociais, Lula declara o tipo de desenvolvimento que não lhe interessa, afirmando: “Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor”. Estava rechaçado o modelo baseado na financeirização internacional da economia e, ao mesmo tempo, fortaleceram-se as bases do Estado Nacional – até a “política externa será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional”, atenta para que as negociações internacionais “não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento” (Brasil, 2008, p. 13-14).

Logo após o encerramento do pleito de 2006 (quando venceu Geraldo Alkmin com mais de 60% dos votos válidos), Lula retoma a retórica da união, dizendo que, “encerrada a disputa eleitoral, o que interessa a todos é a vitória do Brasil” (Brasil, 2006).

Como homem de diálogo que sempre fui, estendo mais uma vez as mãos para o entendimento e a concórdia. Conclamo toda a sociedade, a começar pelas lideranças políticas e pelos movimentos sociais, a unirmos o Brasil em torno de uma agenda comum de temas de interesse nacional. É um chamamento maduro e sincero, feito por um presidente que está saindo de uma vitória expressiva nas urnas, que conta com o apoio majoritário dos governadores eleitos e que terá uma base sólida no

Congresso Nacional, mas já tem experiência suficiente para saber que, para fazer as coisas com a velocidade de que o Brasil necessita, é preciso contar com o empenho e a boa vontade de amplos setores da vida nacional (Brasil, 2006).

Em seu discurso de posse do segundo mandato, em 1º de janeiro de 2007, o então presidente renova o entendimento baseado num modelo narrativo que segue as linhas mestras do interesse nacional, agradecendo a todos (do Congresso ao vice-presidente José Alencar) pela defesa “das coisas de interesse da nossa nação” (Brasil, 2007). A figura de José Alencar joga papel fundamental na aceitação de Lula pelos grupos dirigentes e na aceitação por Lula do interesse nacional comtiano.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso país, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice (Brasil, 2007).

Lula cita a necessidade do Palácio da Presidência de “se habituar a receber aquelas pessoas que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos” e “precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste país”, para então afirmar que vai continuar governando “ouvindo cada vez mais” (Brasil, 2007). A verdade é que, embora a retórica contenha termos dissonantes do interesse nacional (mulheres, catadores de papel, minorias, negros, índios etc.), a posição do governo é comtiana, “ouvindo” e “cuidando”, sem se comprometer com qualquer participação mais efetiva destes grupos.

Quero dizer para vocês que sou presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo presidente de todos, eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro (Brasil, 2007).

Os temas sensíveis do crescimento da economia, da união social e do Estado dirigente, equidistantes dos grupos sociais e decidindo positivamente, continuam sendo a essência do discurso.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês – que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste país. Isso foi discutido com empresários, com trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo (Brasil, 2007).

Em um pronunciamento por conta do dia do trabalhador, em 29 de abril de 2010, Lula afirma que seu governo tem “comemorado o crescimento vigoroso da economia e a clara retomada dos investimentos”, com o objetivo de consolidar “um amplo mercado interno de massas, capaz de estimular e sustentar um longo período de crescimento econômico” porque “só é rico o país que descobre que o povo é sua maior riqueza” (Brasil, 2010a).

Tudo isso está fazendo a roda da economia girar de forma sustentada. Como há mais gente consumindo, o comércio vende mais e aí tem de encomendar mais da indústria, que tem de investir mais e contratar mais trabalhadores, em um círculo virtuoso, que impulsiona o país e seu povo para a frente (Brasil, 2010a).

Nos seus dois governos, Lula foi fiel aos planos propostos. Não há discrepâncias e modificações narrativas de relevância. Em seu pronunciamento final, em 31 de dezembro de 2010, por exemplo, ele afirmava que “governo bom é o que conduz o país ao crescimento e ao encontro da prosperidade” (Brasil, 2010b). As ideias semânticas de um governo que “conduz” todo um país a mais “crescimento” e “prosperidade” evidenciam a linha comtiana que caracterizou – ainda que com palavras próprias de um torneiro mecânico – a retórica de Lula durante seus dois mandatos. Segundo o presidente, o governo não pode “ter medo de ouvir o povo” ou “governar para meia dúzia de ricos” (Brasil, 2010b), consolidando, assim, o ideal comtiano de um gerente acima da política e que governa o Estado de forma equidistante.

Eu duvido que, em algum momento da história, eles [prefeitos] foram tratados com a dignidade com que o nosso governo os tratou, da forma mais republicana. Era tão republicano o tratamento, que o PT ficava com raiva do tratamento que a gente dava aos outros partidos políticos. Muitas vezes, eu era acusado de que gostava mais dos outros do que dos companheiros do PT (Brasil, 2010b).

A ideia de fortalecimento do Estado Nacional, agora atrelada à questão da diminuição da desigualdade, fica evidente também durante os mandatos de Lula. A união destes dois conceitos – o fortalecimento do Estado Nacional como função da diminuição das desigualdades – é a chave de entendimento da narrativa de Lula. Este caminho se dá pelo fortalecimento econômico por meio do aumento e da consolidação do mercado interno, fazendo com que o enriquecimento de um grupo não seja visto como ameaça às elites econômicas.

Este país aprendeu a ter orgulho de si próprio, o nosso povo voltou a gostar da bandeira nacional, o nosso povo voltou a cantar o nosso hino nacional, o nosso

povo aprendeu a ter autoestima, o nosso povo aprendeu a gostar de coisa boa, de coisa... porque durante muito tempo diziam que pobre só gostava de coisas de segunda classe, pobre só ia à feira para pegar xepa. E não! A gente aprendeu que, se a gente puder, a gente quer comer do bom e do melhor, quer vestir do bom e do melhor, quer morar do bom e do melhor (Brasil, 2010b).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é apenas na bandeira brasileira que o lema positivista “ordem e progresso” está estampado. A cristalização do ideal comtiano de Estado é característica da burocracia nacional brasileira, assim como das elites decisórias no Brasil. Estes poderosos grupos agem de forma a constranger os líderes do Executivo, estabelecendo *ex ante* o interesse nacional e deixando pouca margem para que o chefe desse Poder venha a fazer mudanças – decisões que lhe deveriam ser permitidas por decorrência da democracia.

O interesse nacional no Brasil, entretanto, organiza-se em cima de três entendimentos principais: *i*) a ideia do progresso material do país sendo baseado na industrialização, fortalecendo-se a nação; *ii*) a noção de que o Estado é um gerente apolítico cujo objetivo é evitar as divergências sociais e manter a ordem; e *iii*) o conceito de que tanto o poder econômico quanto o político devem permanecer nas mãos de uma elite capacitada intelectualmente e com condições de tomar as decisões que sejam melhores ao país e ao povo. Todos os três vetores do interesse nacional são oriundos diretamente das teorias de Auguste Comte. Foram de Comte as ideias iniciais usadas para a constituição do Estado brasileiro durante a República, e as mesmas ideias básicas voltaram com o período Vargas e posteriormente com o regime militar.

Desde Weber, já se demonstra sobejamente o papel das burocracias dentro da concepção de Estado na contemporaneidade. As próprias instituições constroem seus condicionantes, suas visões de mundo, e lutam ativamente por manter as bases nas quais foram criadas. O que interessa dizer aqui é que este tipo de constrangimento institucional, estabelecido pela ação consciente ou inconsciente das burocracias e elites políticas, acomete presidentes de qualquer matiz ideológica – de Getúlio, João Goulart e Juscelino Kubitschek até Castelo Branco, Collor de Mello e Fernando Henrique. De fato, qualquer um dos três eixos da noção comtiana que seja transpassada gera um movimento imediato de repulsa que resulta em oposição do Legislativo, perseguições institucionais ou, de forma mais radical, golpes de Estado.

Enquanto a sociedade brasileira não construir sua base de Estado de maneira participativa e não apenas representativa, as burocracias e as instituições continuarão a se constituir em constrangimentos para o Executivo. O que chama a

atenção não é a existência de restrições aos poderes de Estado – que são, na maioria das vezes, impossíveis de serem evitados e até mesmo desejados em sua forma de atuação –, mas que estas restrições sejam feitas por meio não democrático, como é o caso do interesse nacional comtiano. Mesmo a Academia, que deveria ser um espaço de crítica, desconstrução e reconstrução, assumiu a ideia de interesse nacional de forma a-histórica (pois é imutável no tempo) e acrítica (pois a tomou como dada). Quando o termo aparece em trabalhos acadêmicos, vem com o sentido comtiano estabelecido, assumido e não problematizado.

Em um mundo de constantes críticas à industrialização como modelo de desenvolvimento, de uma integração e comunicação internacional em níveis singulares, é constrangedor perceber que o século XIX, em talvez algumas de suas mais criticadas ideias, faça parte ativa do processo decisório do século XXI no Brasil. No fundo, sequer a democracia do século XX, como valor interno às sociedades (e não apenas um rótulo eleitoral), foi assumida em nosso país. O interesse nacional está acima das urnas, da participação, e constrange ativamente estas duas. As ideias de todos os espectros políticos sofrem uma refração em direção ao Positivismo do século XIX no Brasil. Os liberalismos não são liberais, assim como os governos mais à esquerda também perdem, em grande parte, seu viés igualitarista e transformador. Ficamos com simulacros ideológicos e todos os problemas de ação política com ideias distorcidas. A política, interna ou no plano internacional, é vista como algo depreciativo e a divergência como algo contraproducente. Precisamos abraçar definitivamente a democracia participativa do século XX, ao menos.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, G. Conceptual models and the Cuban Missile Crisis. **The American Political Review**, v. 63, n. 3, p. 689-718, 1969.
- ALMEIDA, P. R. O Brasil e o FMI desde Bretton Woods: 70 anos de história. **Revista de Direito FGV**, p. 469-496, 2014.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre la origen y la difusión del nacionalismo. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ARAÚJO, J. P. de. **O Brasil de Lula e de FHC**: um roteiro comparativo para a disputa política-eleitoral plebiscitária de 2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- BOCK, K. Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. *In*: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 65-117.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos políticos da história do Brasil**. v. 3. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904. Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1904. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1269-15-novembro-1904-584304-publicacaooriginal-107057-pl.html>>.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **Mensagem ao Congresso Nacional**: abertura da sessão legislativa de 1976. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1976. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1976>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Primeiros desafios**: discursos do presidente João Figueiredo. Brasília: Secom, 1980. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/02.pdf/view>>.

_____. Casa Civil. **Pronunciamentos do presidente Costa e Silva**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1983. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/costa-e-silva/costa-e-silva-pronunciamentos-do-presidente-discursos-mensagens-e-entrevistas-1966/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **Pronunciamento do presidente José Sarney, no exercício da Presidência da República, por ocasião da abertura da primeira reunião do Ministério da Nova República**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 17 mar. 1985. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1985/02.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **O problema das greves**: cadeia nacional de rádio e televisão. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 27 abr. 1989. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1989/38.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **O projeto de reconstrução nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 15 mar. 1990a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **Entrevista coletiva à imprensa**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 27 mar. 1990b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/08.pdf/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Casa Civil. **Discurso de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1º jan. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/01-discurso-de-posse-no-congresso-nacional-brasilia-distrito-federal-01-01-95/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Pronunciamento à nação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre o processo democrático das eleições**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 31 out. 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/31-10-2006-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-sobre-o-processo-democratico-das-eleicoes/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Pronunciamento à nação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1º jan. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/01-01-2007-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Discursos selecionados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. **Discursos selecionados do presidente Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: FUNAG, 2009a.

_____. **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Brasília: FUNAG, 2009b.

_____. **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009c.

_____. **Discursos selecionados do presidente Juscelino Kubistchek**. Brasília: FUNAG, 2009d.

_____. **Pronunciamento à nação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do dia do trabalhador**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 29 abr. 2010a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/29-04-2010-pronunciamento-a-nacao-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv-por-ocasio-do-dia-do-trabalhador/view>>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de despedida com servidores do governo e do Palácio do Planalto.**

Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 31 dez. 2010b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/31-12-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-solenidade-de-despedida-com-servidores-do-governo-e-do-palacio-do-planalto/view>>. Acesso em: set. 2016.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: UNB, 2008.

CHECKEL, J. Constructivism and foreign policy. *In*: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, R. **Foreign policy: theories, actors, cases.** New York: Oxford, 2008. p. 71-81.

COMTE, A. **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

D'ARAUJO, M. C. S. **Getúlio Vargas.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2002.

HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LACERDA, G. B. de. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte: as pátrias e o poder temporal. **Revista de Sociologia Política**, n. 23, p. 63-78, 2004.

LEIA íntegra da carta de Lula para aclamar o mercado financeiro. **Folha de S.Paulo**, 24 jun. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 17-41, 2006.

MAIA, J. N. B.; SARAIVA, J. F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 106-134, 2012.

MILLS, C. W. **A elite do poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIYAMOTO, S.; GONÇALVES, W. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

MORAES, F. Executivo e Legislativo no Brasil pós-Constituinte. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 45-52, 2001.

PESAVENTO, S. J. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

_____. O velho/novo Positivismo. *In*: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Ed.). **Revisitando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998. p. 59-65.

PINHEIRO, L. **Política externa brasileira: descobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VIZENTINI, P. G. F. **A política externa do regime militar**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1967.

WHITE, H. **La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ZULINI, J. P. Facciosismo, rachas intrapartidários e capacidade decisória na democracia brasileira de 1946. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 4, p. 1017-1056, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BULL, H. **The anarchical society: a study of order in world politics**. Londres: Macmillan, 1977.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização, 2008.

IKENBERRY, J. Strategic restraint and the persistence of American postwar order. **International Security**, v. 23, n. 3, p. 43-78, 1999.

_____. **After the victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton, United States: Princeton University Press, 2001.

JANCSÓ, I. **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

KEOHANE, R.; MARTIN, L. The promise of institutionalist theory. **International Security**, v. 20, n. 1, p. 39-51, 1995.

MEARSHEIMER, J. A realist replay. **International Security**, v. 20, n. 1, p. 82-93, 1995.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. **Política externa brasileira**: a política das práticas e as práticas da política. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SARAIVA, J. F. S. Revisitando a escola inglesa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 131-138, 2006.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo: Paz e Terra, 2007.